



# ECOS Da MaRgiNaLizaçãO.

DECIFRANDO A SINFONIA DA HUMILHAÇÃO NO  
TECIDO DISCURSIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA



FABRÍCIO LEO ALVES SCHMIDT

CARINA DORNELES GOMES

LETÍCIA LOPES DA SILVEIRA DA SILVA

**ECOS DA MARGINALIZAÇÃO:  
DECIFRANDO A SINFONIA DA  
HUMILHAÇÃO NO TECIDO  
DISCURSIVO DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - Ufopa (Editor-Chefe)  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danjone Regina Meira - USP  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Roberta Seixas - Unesp  
Prof. Ms. Gleydson da Paixão Tavares - UESC  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Aparecida Bortolotti - Unicentro  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabele Barbieri dos Santos - FIOCRUZ  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Reusing - IFPR  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Laize Almeida de Oliveira - UNIFESSPA  
Prof. Ms. John Weyne Maia Vasconcelos - UFC  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Pinto de Aragão Quintino - SEDUC-AM  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leticia Nardoni Marteli - IFRN  
Prof. Ms. Flávio Roberto Chaddad - SEESP  
Prof. Ms. Fábio Nascimento da Silva - SEE/AC  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Sandolene do Socorro Ramos Pinto - UFPA  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Klenicy Kazumy de Lima Yamaguchi - UFAM  
Prof. Dr. Jose Carlos Guimaraes Junior - Governo do Distrito Federal  
Prof. Ms. Marcio Silveira Nascimento - UFRR  
Prof. Ms. João Filipe Simão Kembo - Escola Superior Pedagógica do Bengo - Angola  
Prof. Ms. Divo Augusto Pereira Alexandre Cavadas - FADISP  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Roberta de Souza Gomes - NESPEFE - UFRJ  
Prof. Ms. Valdimiro da Rocha Neto - UNIFESSPA  
Prof. Dr. Jeferson Stiver Oliveira de Castro - IFPA  
Prof. Ms. Artur Pires de Camargos Júnior - UNIVÁS  
Prof. Ms. Edson Vieira da Silva de Camargos - Universidad de la Empresa (UDE) - Uruguai  
Prof. Ms. Jacson Baldoino Silva - UEFS  
Prof. Ms. Paulo Osni Silvério - UFSCar  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Cecília Souza de Jesus - Instituto Federal de São Paulo

*“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.*

Equipe Home Editora

Fabício Leo Alves Schmidt  
Carina Dorneles Gomes  
Leticia Lopes da Silveira da Silva

**ECOS DA MARGINALIZAÇÃO:  
DECIFRANDO A SINFONIA DA  
HUMILHAÇÃO NO TECIDO  
DISCURSIVO DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA**

1ª Edição

Belém-PA  
Home Editora  
2024

© 2024 Edição brasileira  
by Home Editora

© 2024 Texto  
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora  
CNPJ: 39.242.488/0002-80  
www.homeeditora.com  
contato@homeeditora.com  
91988165332  
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Ba-  
tista Campos, Belém - PA, 66045-  
315

**Editor-Chefe**

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

**Projeto gráfico**

homeeditora.com

**Revisão, diagramação e capa**

Autor

**Bibliotecária**

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

**Produtor editorial**

Laiane Borges

**Catálogo na publicação**

**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

E349

Ecos da marginalização: decifrando a sinfonia da humilhação no tecido discursivo da sociedade brasileira / Fabrício Leo Alves Schmidt, Carina Dorneles Gomes, Leticia Lopes da Silveira da Silva. – Belém: Home, 2024.

Livro em PDF  
40p.

ISBN 978-65-6089-082-4

DOI 10.46898/home.8227c62a-0207-4de0-bd8a-c32e7c162479

1. Liberdade de expressão. I. Schmidt, Fabrício Leo Alves. II. Gomes, Carina Dorneles. III. Silva, Leticia Lopes da Silveira da. IV. Título.

CDD 323.44

Índice para catálogo sistemático

I. Liberdade de expressão

Nas tramas da fala, o Brasil tece sua cultura de humilhação: onde palavras são pedras,  
silêncios são abismos e a linguagem, o campo de batalha das identidades.

## SUMÁRIO

<b>Prefácio.....</b>	<b>8</b>
<b>Vozes da margem: duplo sentido na cultura da humilhação e o poder da linguagem.....</b>	<b>9</b>
<b>Para além dos dizeres: o labirinto da humilhação na trama discursiva do brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>Entre veredas e (<i>vexames</i>): uma análise a partir da ad dos termos depreciativos na cultura da humilhação brasileira.....</b>	<b>15</b>
<b>Entre <i>ecos</i> e <i>espelhos</i>: desvelando sentidos na jornada do texto ao discurso.....</b>	<b>18</b>
<b>Além das palavras: desatando os nós do poder e tecendo novos sentidos na sociedade.....</b>	<b>34</b>
<b>Referências.....</b>	<b>37-38</b>

## PREFÁCIO

O ano era 2023. Durante uma manhã, o professor Fabrício Leo Alves Schmidt e eu comentávamos a capa do jornal local, antes de cada um iniciar suas aulas de Língua Portuguesa em uma escola pública localizada na periferia de Cachoeira do Sul. A capa do jornal havia dado o que falar e causou um certo burburinho entre os docentes. O professor Fabrício apontou elementos cruciais na foto em questão, e narrou exatamente a mensagem transmitida: relação de poder. Quando o sinal tocou, ele deixou a sala dos professores dizendo: “Análise do discurso é tudo”.

Nunca esqueci daquele fato e nem de tantos outros que vieram depois, durante aquele ano em que enfrentamos os desafios que é a sala de aula na atualidade. Fabrício sempre tinha ideias, projetos e estava pronto para discutir melhorias na educação básica enfocando o estudo, a vida acadêmica e o conhecimento. Sem sombra de dúvidas, deixou sua marca na escola como um intelectual, uma pessoa que nunca se cansa de estudar e ensinou a seus alunos para muito além de Língua Portuguesa.

Agora nos brinda com *Ecos da marginalização: decifrando a sinfonia da humilhação no tecido discursivo da sociedade brasileira*. A escrita de Fabrício é um convite para momentos de reflexão e análise crítica sobre a comunicação contemporânea no Brasil. Seu estudo nos faz pensar sobre fatos que podem, por muitas vezes, nos passar despercebidos. Após sua leitura é como se abrissemos os olhos para tais questões.

Em seu conto *Primas de Sapucaia*, Machado de Assis escreve: “Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies.” A ideia vem de encontro com o estudo de Fabrício, quando nos remete à força das palavras e ao esclarecer que cada palavra faz parte de um discurso. Ademais expõe a força da linguagem como instrumento de humilhação e explica como palavras e ações podem ser transformadas em armas que oprimem grandes grupos de pessoas.

Para Fabrício, este discurso capaz de subjugar, controlar e excluir pessoas é um grande impeditivo para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Por isso, classifico esta obra como necessária e importante atualmente. Após a leitura de *Ecos da marginalização: decifrando a sinfonia da humilhação no tecido discursivo da sociedade brasileira*, podemos entender a importância de certas sutilezas na linguagem, que influenciam diretamente na vida cotidiana. Após a compreensão é chegada a hora de questionarmos e quem sabe, vislumbrarmos uma futura mudança. Este estudo merece mais do que uma leitura; merece um espaço constante em nossa mente.



# CAPÍTULO I

## VOZES DA MARGEM: DUPLO SENTIDO NA CULTURA DA HUMILHAÇÃO E O PODER DA LINGUAGEM

A cultura da humilhação é um fenômeno profundamente arraigado nas estruturas sociais e nas relações de poder do país. Ao longo dos anos, tem sido observado como certos grupos sociais são rotineiramente alvo de termos depreciativos e ofensivos em discursos presentes na sociedade brasileira. Essas formas de expressão – mesmo que aceitas, ou normalizadas – reforçam estereótipos negativos e contribuem para a marginalização dessas pessoas. Nesse sentido, e seguindo essa linha de pensamento, é importante ressaltar que a linguagem “[...] percebida como o reservatório de todas as experiências afetivas, morais e cognitivas que formam o caráter nacional, implicando uma forma única e singular de ver e interpretar o mundo” (SOUZA, 2022, p. 21) reforça e constrói hierarquias sociais.

Através da linguagem, são estabelecidos padrões e normas as quais moldam as identidades individuais e coletivas, afetando a forma como as pessoas se veem e como se relacionam com os outros. Ao utilizarmos a Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa de Michel Pêcheux (1988) como ancoradouro teórico-metodológico, podemos entender como a linguagem não é apenas uma forma de expressão, mas também um fator moldador das relações sociais e de poder. Essa abordagem analítica busca investigar as dimensões ideológicas presentes nos discursos, revelando como eles refletem e perpetuam a cultura da humilhação.

Ao examinar de perto os discursos utilizados na sociedade brasileira, podemos identificar certos padrões e estratégias linguísticas as quais contribuem para a perpetuação dessa cultura. No entanto, devemos fazer uma breve pausa no sentido de entender que o conceito de sociedade, o qual buscamos avançar em nosso estudo, não é aquele reduzido às intenções sociais dos agentes, mas, sim, “uma entidade entendida de modo globalizado. Uma realidade que forma um sistema. Um sistema que tem suas próprias leis e normas” (DA MATTA, 1997, p. 15). A humilhação, seguindo essa mesma corrente de raciocínio, “[...] só funciona porque é levada a cabo por alguém, seja no machismo, no racismo (preconceito relacionado às deficiências), no esteticismo (preconceito quanto aparência ou no burguesismo que pratica a aporofobia [...])” (TIBURI, 2021, p. 25). Um exemplo comum é a utilização de termos pejorativos em referência a grupos étnicos ou sociais específicos, isto é, expressões como "vagabundo", "marginal", "bandido" são frequentemente empregados para estigmatizar e desumanizar certos grupos – reforçando a marginalização e a discriminação sofridas por eles.

Através da imposição de determinadas formas de expressão e do estabelecimento de normas linguísticas, aqueles os quais possuem maior poder social e econômico conseguem reforçar hierarquias e manter sua posição privilegiada na sociedade. Por outro lado, os que não se conformam a essas normas são frequentemente excluídos e desvalorizados. É importante ressaltar que a cultura da humilhação não se restringe apenas a certos grupos sociais, mas afeta a sociedade como um todo. Essa cultura de desvalorização e estigmatização se manifesta em diferentes contextos, como o ambiente de trabalho, a educação e os meios de comunicação. Através da linguagem utilizada nesses espaços, as relações de poder são reforçadas e perpetuadas.

Nesse mesmo pensamento, fica evidente que a cultura da humilhação está profundamente enraizada nas estruturas sociais e nas relações de poder. Assim sendo, a linguagem desempenha um papel fundamental na perpetuação dessa cultura, moldando identidades e relações sociais. Ela vai além do simples ato de comunicar e expressar pensamentos – influenciando diretamente a maneira como nos relacionamos uns com os outros e nos identificamos dentro da sociedade em que estamos inseridos. Através dela, é possível compartilhar histórias, crenças e experiências, criando uma base sólida de identidade cultural. É por meio da linguagem que aprendemos sobre os costumes, normas e comportamentos de um determinado grupo social, ajudando a moldar nossas atitudes e formas de pensar. Ela estabelece os limites e normas de interação entre as pessoas, determinando qual a forma adequada de se comunicar em diferentes contextos sociais.

Nesse sentido, o presente estudo ancora-se no fio condutor da história, nos porões de uma sociedade ainda embrionária, nas desigualdades econômicas, sociais e raciais – as quais contribuem para uma naturalização e perpetuação desse comportamento (humilhação). Uma das principais características dessa cultura é a hierarquização das relações (determinados grupos são considerados superiores e outros inferiores). Isso, portanto, reverbera-se em diferentes contextos, desde o âmbito pessoal – como brincadeiras de mau gosto – até no âmbito institucional, como o tratamento desigual oferecido a certas classes sociais, etnias e gênero. A AD de Michel Pêcheux irá fornecer o fio condutor para desvendar as possíveis estratégias discursivas utilizadas para perpetuar a cultura da humilhação, seja através das mídias, do discurso político, ou, até mesmo, nas relações cotidianas.

## CAPÍTULO 2

### PARA ALÉM DOS DIZERES: O LABIRINTO DA HUMILHAÇÃO NA TRAMA DISCURSIVA DO BRASIL

No complexo mosaico no qual está estruturada a sociedade brasileira, desenrola-se um intrincado arranjo de conexões, permeado profundamente pela cultura da humilhação – um fenômeno o qual se entrelaça sinuosamente nas fibras da linguagem e nas estruturas de poder. Ao mergulharmos nesse labiríntico balé de frases e gestos, encontramos-nos diante da linguagem; não apenas como um simples meio de comunicação, mas como uma criadora de realidades, isto é, uma artesã a qual combina identidades, molda percepções e define os limites das interações sociais. As palavras, carregadas de influência, funcionam como instrumentos de construção da sociedade, criando hierarquias, delineando fronteiras e, em muitas ocasiões, reforçando as correntes invisíveis.

É nesse contexto, que a AD de Michel Pêcheux emerge como uma bússola, guiando-nos através dessa complexa dança de dominação e submissão, cujos contornos e nuances só poderão ser compreendidos através da análise crítica das interações e discursos os quais permeiam nossa sociedade, pois o discurso é feito de sentido (ORLANDI, 2017). Nessa perspectiva, conduzidos pelas teias da AD, desentrelaçando os fios da humilhação cultural e desvendando suas múltiplas personalidades, queremos adentrar nos porões de uma sociedade ainda marcada pelas cicatrizes da desigualdade, no entanto, esforçamo-nos para “não reduzir o discurso ao linguístico ou, inversamente, para não o deixar ser absorvido pelas realidades sociais ou psicológicas.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 31), pois, o que buscamos não é um único sentido – estanque em si mesmo—, mas, sim, sentido(s).

Assim sendo, o conceito de formação discursiva e interdiscurso se fazem fundantes para um pensamento reflexivo acerca da linguagem e na formação da consciência social. Para compreendermos o conceito de formação discursiva proposta por Michel Pêcheux na AD, é necessário explorar os ensinamentos de Michel Foucault – o qual nos leva a (re)pensar o discurso como algo mais complexo – como um "sistema de dispersão que, de certa forma, ainda assim torna possível detectar uma regularidade entre as enunciações" (GRIGOLETTO, 2002, p. 30). Apesar de ser um conceito controverso, a noção de formação discursiva é fundamental para a AD, pois, permite-nos compreender o processo de produção de sentidos, sua relação com

a ideologia e oferece, ao analista, a possibilidade de identificar regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2020).

Michel Foucault, ao explicar o conceito de formação discursiva, concentra seus esforços na construção de quatro pilares os quais introduzem os termos alteridade/heterogeneidade, desestabilizando assim a garantia da homogeneidade sócio-histórica presente na primeira fase da análise do discurso (GRIGOLETTO, 2002). Esses conceitos são aplicados aos objetos, aos modos de enunciação, às formações de conceitos e aos temas. Em relação aos objetos, para Foucault, torna-se impossível conceber o discurso como uma unidade por meio dos enunciados, uma vez que esses objetos variam ao longo do tempo e recebem diferentes tratamentos dependendo do contexto social, político, histórico e ideológico nos quais estão inseridos.

Assim como defendido anteriormente, podemos afirmar que as palavras não possuem sentido intrínseco, mas, sim, derivam seus sentidos das formações discursivas as quais estão inseridas. Essas formações discursivas, por sua vez, representam as formações ideológicas presentes no discurso (ORLANDI, 2020). Essa noção de formação discursiva questiona a ideia de condições de produção homogêneas – as quais resultariam em objetos discursivos igualmente homogêneos (GRIGOLETTO, 2002). Em relação aos modos enunciativos, Foucault aborda a existência de regularidades na forma ou sequência dos enunciados. No entanto, ele argumenta que a unidade não está nos modos ou na maneira de enunciar, explicar ou se expressar, mas nas regras as quais possibilitam diversas descrições, coletas e exposições dentro de um determinado saber.

Fica claro, portanto, que não é possível descrever uma unidade discursiva através de um objeto, ou dos modos enunciativos (ORLANDI, 2020). Dessa forma, o autor volta-se para a compreensão da formação dos conceitos dentro dos discursos, pois, as palavras se relacionam umas com as outras. Cada palavra é sempre parte de um discurso – o qual se configura na relação com outros discursos presentes e aqueles os quais estão na memória (op. cit.). Assim, Foucault identifica que esses conceitos colidem, resultando em possibilidades de mudanças e interpretações, transformando o discurso em um lugar de conflito, pois, é nesse cenário que as palavras passam a desempenhar um papel crucial na desconstrução de preconceitos, estereótipos e ideias arraigadas as quais perpetuam os mais diferentes dizeres.

Cada palavra faz parte de um discurso, e todo discurso se constitui na interação com outros discursos presentes e com aqueles os quais estão alojados na memória. Foucault identifica que esses conceitos entram em conflito, dando origem a possibilidades de mudanças e interpretações. Para o autor, se quisermos descrever uma unidade baseada nos conceitos, é necessário observar como essas concepções emergem e se dispersam, considerando as regras

as quais os regem. As formações discursivas são entendidas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. São heterogêneas em si mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e se (re)configurando continuamente nas suas interações. Sendo assim, as formações discursivas são determinadas por regras, condições e representações relacionadas aos objetos, modos de enunciação, formação de conceitos e temas.

O interdiscurso, por outra perspectiva, disponibiliza dizeres e determina, pelo já-dito, como esses dizeres se manifestam (ORLANDI, 2020). Os sentidos não são determinados pelas propriedades da língua, mas pelas relações estabelecidas nas formações discursivas. Dessa maneira, é preciso compreender as formações discursivas como conjuntos heterogêneos, e não como blocos homogêneos. Isso significa dizer que os conceitos propostos inicialmente pelo autor não descrevem a realidade ou a história específica de cada discurso. Foucault se dedica, portanto, a buscar soluções as quais não se baseiem em uma forma contínua e linear do discurso, mas que sejam constituídas pela contradição.

O discurso, como mencionado anteriormente, é construído através de dizeres, a saber: possibilidades de expressar algo/de conhecer a verdade/de afirmar que isso ou aquilo é ciência (bem como define os sujeitos ao dispersá-los e localizá-los em diferentes formações discursivas), conferindo a esses sujeitos diferentes relações dentro dos discursos nos quais estão incorporados. Portanto, não se trata de algo estático, mas, sim, modifica-se a depender dos eventos em que está inserido, isto é, depende da prática social, do ser humano, da história e das condições materiais as quais geram uma certa positividade para que o discurso possa emergir. Assim sendo, os arranjos das instituições sociais, as relações de poder e os eventos históricos servem como base para o nascimento do discurso e para suas modificações.

A história, nessa mesma linha de interpretação, está ligada às práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza em torno das relações de poder e de sentidos, e não da cronologia, pois, o tempo em si não é relevante para a AD. Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas compreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos (ORLANDI, 1990). Quando pensamos em discurso, pensamos nas possibilidades de construção, elaboração ou criação, isto é, no que está sendo representado dentro desse conjunto de enunciados com os quais o analista passa a trabalhar e na maneira como esses enunciados – verdadeiros ou falsos – foram construídos.

Esses interesses/enunciados se manifestam de diversas maneiras, por meio de diferentes regras dentro e entre as formações discursivas. Desse jeito, "A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque é produzido em condições específicas e se projeta no

'futuro', mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos" (op. cit., p. 35). O discurso pode ser identificado como uma regularidade (um conjunto de enunciados dispersos dentro de um determinado campo enunciativo) no qual a possibilidade de fala está sempre ligada às regras e à sua dispersão. Percebemos, portanto, que o sujeito não é o centro da AD, mas apenas um elemento construído e delimitado pelas regras as quais compõem um ou outro discurso.

Esse sujeito só existe porque o discurso permite sua existência, melhor dizendo, o discurso irá definir – de forma positiva ou negativa – as chances do sujeito. A AD, portanto, proposta por Michel Pêcheux e a cultura da humilhação, encontram-se interligadas, uma vez que revelam aspectos complexos da sociedade contemporânea. Por meio da AD, podemos estudar as estratégias discursivas utilizadas para perpetuar a cultura da humilhação, seja na mídia, no discurso político, ou, até mesmo, nas relações cotidianas. A análise desses fenômenos permite uma compreensão mais profunda das relações de poder e das dinâmicas sociais – contribuindo para um olhar crítico e reflexivo sobre nossa comunicação e interação. A seguir, iremos fazer um deslocamento metodológico na condição de adentrar no terreno fértil da AD para captar as nuances as quais emergem os termos depreciativos e fortalecem a cultura da humilhação no Brasil.

# CAPÍTULO 3

## ENTRE VEREDAS E (*VEXAMES*): UMA ANÁLISE A PARTIR DA AD DOS TERMOS DEPRECIATIVOS NA CULTURA DA HUMILHAÇÃO BRASILEIRA

A Análise do Discurso possibilita a compreensão dos mecanismos linguísticos os quais dão sustentação para os conceitos hegemônicos que fortalecem a cultura da humilhação. Através dessa ferramenta, é possível desvendar as mais variadas estratégias discursivas as quais perpetuam as desigualdades sociais e contribuem para uma reflexão crítica sobre as práticas comunicativas no contexto brasileiro. Pois, “Todas as formas de opressão, exploração e dominação de seres humanos por outros foram, sem exceção, baseadas em ideias” (SOUZA, 2022, p. 118), isto é, desde a escravidão até o patriarcado, as estruturas de poder e controle sempre encontraram sustentação em ideologias as quais reforçam a subjugação de certos grupos em benefícios de outros.

Essas ideias alimentaram a discriminação, justificaram a desigualdade e perpetuaram a marginalização de diferentes comunidades, uma vez que “[...] o opressor não quer apenas oprimir e humilhar, ele quer se saber ‘autorizado’ e ‘com Direito’ a este domínio por boas razões” (op. cit., p. 118). A incessante busca pela legitimidade, muitas vezes, é baseada em “supostas boas razões”, como a preservação da ordem social, a defesa de valores morais, ou a busca pelo bem comum. Essas razões podem servir como justificativas para a manutenção e perpetuação do poder opressor – o que torna ainda mais difícil a sua contestação e combate. Nessa mesma corrente de raciocínio, Marcia Tiburi (2021, p. 37) nos ensina que “a humilhação é justamente um jogo de linguagem, um dispositivo simbólico que atua sobre a vida concreta.”

A humilhação é muito mais do que um mero sentimento experimentado individualmente. Trata-se de um jogo de linguagem complexo e poderoso o qual tem impacto significativo na vida concreta das pessoas, podendo, em muitos casos, levar a marginalização social, isolamento e exclusão – dificultando ainda mais a possibilidade de buscar redenção ou recuperação do evento humilhante, pois são indivíduos “subalternizados, os indesejados, o lumpen, a ralé, os marcados para desaparecer, para não existir, mesmo que tenham que ser mortos para isso” (TIBURI, 2021, p. 27). O processo de humilhação, geralmente, envolve a negação de direitos básicos, a falta de reconhecimento do valor e a redução da autoestima das pessoas envolvidas.

Através da linguagem, a humilhação pode ser disseminada, incitada e perpetuada, ou seja, palavras e ações humilhantes podem ser utilizadas como armas para subjugar, controlar e excluir pessoas. Isso ocorre, pois, a humilhação age como um estigma social, marcando os indivíduos e restringindo suas oportunidades. Assim sendo, o filósofo e escritor brasileiro Vladimir Safatle explicita que “[...] a humilhação é o nome da experiência daqueles para quem o mundo se mostra hostil” (2020, p. 45). Essa hostilidade é resultado de estruturas sociais as quais perpetuam desigualdades e marginalizam certos grupos. A humilhação, nesse contexto, funciona como um mecanismo de perpetuação dessas desigualdades, uma vez que estigmatiza e exclui aqueles os quais são considerados “indesejados”. É importante mencionar que:

“[...] é uma tática contra pessoas em particular, mas também contra povos inteiros. Podemos dizer que a nossa intersubjetividade – ou seja, o todo das relações que experimentamos e que os formam – está definida por processos nos quais a sujeição de uns pelos outros exerce um papel fundamental (TIBURI, 2021, p. 28).

A intersubjetividade, que se refere às experiências compartilhadas e às relações as quais nos molda, é constantemente esculpida por processos de sujeição mútuo. Esses processos envolvem a imposição de poder, controle e dominação – os quais se manifestam tanto em contextos pessoais como sociais. A sujeição de uns pelos outros desempenha um papel fundamental na definição do todo das nossas interações, resultando em desigualdades e opressões as quais permeiam nossa construção coletiva. Trata-se, portanto, de um “[...] processo concreto que impede a construção de qualquer laço emancipatório. (TIBURI, 2021, p. 34).

Nessa mesma linha de pensamento, a sujeição pode se manifestar de várias formas e de vários formatos, a saber: opressão de gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros. Essas formas de opressão/negação do indivíduo estão enraizadas em estruturas sociais as quais perpetuam e disseminam as desigualdades e limitam o acesso a direitos e oportunidades. Um exemplo de sujeição é a opressão de gênero. Historicamente, as mulheres foram subjugadas pelos homens e tiveram seus direitos e autonomia negados. Essa sujeição se reflete em desigualdades salariais, violência doméstica, restrições ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, entre outros aspectos.

Essa realidade impede a construção de uma sociedade justa e equitativa, na qual homens e mulheres possam acessar as mesmas oportunidades e direitos, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Da mesma forma, a opressão racial é outra forma de sujeição a qual tem impacto significativo na construção de uma sociedade igualitária.



Tradicionalmente, pessoas de diferentes etnias têm sido subjugadas com base em estereótipos e preconceitos – que resulta em exclusão social, discriminação e violência. Assim sendo, a AD se torna vital para evidenciar as desigualdades e injustiças sociais profundamente enraizadas.

Ela oferece um espaço para vozes marginalizadas compartilharem suas experiências e contribuírem para um movimento de mudança social. Por meio da AD, aqueles os quais estão em posições privilegiadas são confrontados com a realidade e, conseqüentemente, desafiados a (re)pensar suas atitudes e ações, gerando, por fim, uma consciência coletiva. No entanto, é necessário um olhar vigilante no sentido de identificar normas sociais implícitas as quais perpetuam a cultura da humilhação, para então, desafiar e (re)construir novas estruturas. O que estamos nos propondo a trilhar são os caminhos sinuosos do discurso dentro e fora da linguística, isto é, o discurso definido como “o uso da língua” (MAINGUENEAU, 2015, p. 24) e fora da linguística, mais precisamente, “[...] construído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis (op. cit., p. 29).

Esse discurso é construído através da interação entre indivíduos que os cercam. Isso significa dizer que a linguagem não é apenas uma ferramenta individual, mas, sim, um produto coletivo o qual reflete as normas e valores presentes na sociedade. Através dessa interação, as pessoas constroem significados e atribuem sentidos às palavras e expressões, criando um sistema de comunicação que é influenciado pelas relações sociais e culturais. Portanto, a linguagem é uma ferramenta coletiva, construída através da interação entre os indivíduos, refletindo as normas e valores presentes na sociedade, possuindo um papel fundamental na construção de significados e atribuição de sentido às palavras e expressões. A seguir, iremos submergir nas análises discursivas com o intuito de trazer à tona uma das interpretações possíveis.

# CAPÍTULO 4

## ENTRE *ECOS* E *ESPELHOS*: DESVELANDO SENTIDOS NA JORNADA DO TEXTO AO DISCURSO

Nossa análise aderiu aos procedimentos da AD e buscou uma forma própria e peculiar de interpretar o material discursivo. Acreditamos que existe uma relação de constituição de funcionamentos entre teoria e prática – o olhar do analista potencializa uma região teórica específica e busca (re)constituir os efeitos de sentido através do funcionamento discursivo. A análise do corpus observou as etapas propostas por Orlandi (2002) as quais mostram o caminho que percorremos do texto ao discurso – da forma linguística para o processo discursivo. No entanto, é importante ressaltar que o analista do discurso não estuda obras, mas, sim, o *corpora*, isto é, a reunião de materiais os quais julga necessário para responder a esse ou aquele questionamento (MAINGUENEAU, 2015).

Ao se concentrar no *corpora*, o analista do discurso tem a possibilidade de analisar um conjunto diversificado de materiais, os quais vão desde propagandas, discursos políticos, programas de televisão até conversas informais e postagens em redes sociais. Essa ampla seleção de materiais permite uma análise mais abrangente e consistente, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos contextos e práticas discursivas presentes na sociedade. Diferentemente de um estudo meramente textual, a AD enfatiza a relação entre linguagem e poder – procurando desvelar como certos discursos influenciam e refletem relações sociais de dominação. Por meio dessa perspectiva, é possível perceber que o analista do discurso se estende para além de uma análise puramente linguística, abrangendo também aspectos sociopolíticos e culturais

Através do nosso corpus, procuramos evidenciar os processos de perpetração dos conceitos da humilhação. Nossa forma de análise buscou deslocamentos e confrontos no sentido de compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos não apenas através de um processo de decodificação, mas, sim, como um procedimento o qual busca nos pontos fracos e nas falhas do discurso (Pêcheux, 1997b) os processos de produção de sentido. Conforme afirma Orlandi (2001, p. 43), "as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam", e os sentidos se constituem de acordo com o contexto histórico e ideológico em que os enunciados são proferidos. Todo discurso pressupõe uma memória que é constantemente atualizada a cada nova formulação discursiva.

Segundo Pêcheux (2002, p. 21), o enunciado é "repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento". A memória discursiva reúne os discursos, incluindo aqueles aparentemente esquecidos – os quais condicionam os discursos. Com esse bojo teórico-metodológico, as análises avançam, paulatinamente, com os seguintes estágios:

1. Visita ao site “Folha de São Paulo” ([www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br));
2. Utilização da barra de pesquisa com foco em vocábulos com cunho depreciativo e ofensivos (a saber: vagabundo, marginal, bandido)
3. Utilização de filtros para que a busca esteja compreendida em escritas recentes, mais especificamente, do dia 15 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024;
4. Análise dos conteúdos para identificar os vocábulos de cunho depreciativo e ofensivos bem como suas possíveis manifestações;
5. A seleção de sequências discursivas representativas as quais contenham elementos estruturantes da cultura da humilhação, pois, essa interfere significativamente na construção de significados nos discursos, evidenciando como os aspectos sociais influenciam a linguagem.

Com a observância dos procedimentos supracitados, deu-se a leitura das reportagens no site on-line da Folha de São Paulo. A coleta dos textos e consequentemente a conversão em *corpora* foi ancorado, em sob medida, nas concepções de Maingueneau (2015), ou seja, o discurso para além da linguagem, isto é: o discurso como uma forma de ação; como uma organização além das frases; como algo interativo; como algo contextualizado; como algo assumido por um sujeito; como algo regido por normas; assumido no bojo do interdiscurso e, por fim, na construção social do sentido.

Assim sendo, o termo “bandido” apareceu 18 vezes, o termo “vagabundo” apareceu 8 vezes, o termo “marginal” apareceu 20 vezes. No entanto, cabe fazermos uma breve ressalva no sentido de retomar concepções anteriores, a saber: o lapso temporal deu-se de 15 de dezembro a 15 de janeiro, os termos depreciativos e ofensivos foram, inicialmente, escritos no navegador de busca, a escolha do site on-line deu-se, pois se trata de um jornal de grande circulação nacional e internacional. Cabe ressaltar que não é intenção deste texto menosprezar o trabalho de jornalistas ou articulistas. A partir da nossa perspectiva, não estamos interessados em indivíduos, mas, sim, nos sujeitos do discurso. Além disso, não é o propósito questionar a credibilidade, ou imparcialidade dos veículos de imprensa, pois não acreditamos que um enunciado possa ser imparcial ou desprovido de ideologia.

A delimitação das análises a um conjunto específico de enunciados, inevitavelmente, acarreta a exclusão de uma considerável parcela de outros enunciados; inclusive daqueles presentes nos veículos selecionados – os quais contam com diversos colunistas e jornalistas. Reconhecemos que, ao focar nessa conglomeração midiática situada no site on-line da Folha de São Paulo, há uma supressão dos enunciados provenientes de outras regiões do país e de mídias menores. Com essa observação, os resultados preliminares exteriorizam-se nos quadros 1, 2 e 3 a seguir:

**QUADRO 1** - Sequência Discursiva com o termo “bandido”: Site on-line da Folha de São Paulo

	<b>Data da Publicação</b>	<b>Assunto</b>
SD1	15/01/2024	Governos precisam se dar conta que seus municípios têm quilombos, critica especialista baiano.
SD2	14/01/2024	Celulares estão sendo atacados dentro das telefônicas.
SD3	12/01/2024	Militares do Equador fazem midiática demonstração de força à população.
SD4	11/01/2024	Raquel Sheherazade diz que jornalismo do SBT é ‘fraco e pequeno’ e que canal não apostou nela.
SD5	9/01/2024	É segurança, senhores.
SD6	8/01/2024	Onde ver ‘Mil e um’, drama original premiado no pelo júri último festival Sundance.
SD7	5/01/2024	Veja 24 séries e filmes recém-chegados ao streaming no ano que acaba de começar.
SD8	30/12/2023	Bob Odenkirk é um pai suburbano contra mafiosos em ‘Anônimo’.
SD9	28/12/2023	‘Berlim’ retorna ‘La casa de Papel’ com roubo que deve encher os bolsos da Netflix.
SD10	28/12/2023	Além das grades: famílias estigmatizadas são fontes de denúncias e irregularidades nas prisões.
SD11	24/12/2023	O celular Seguro é seguro?
SD12	23/12/2023	Sorriso, capital do agro, vira epicentro de guerra de facções no Centro-Oeste.
SD13	23/12/2023	Selton Mello lança biografia e conta como superou trauma coma balança.
SD14	22/12/2023	Drummond, leiteiro, Natal.
SD15	21/12/2023	As únicas leis a que alguns se submetem são mesmo as da física, diz leito sobre o trânsito em SP.
SD16	19/12/2023	Casa de Manoel Soares é invadida em São Paulo e apresentador luta com bandido.
SD17	17/12/2023	Boa e minúscula iniciativa, diz leitor sobre tarifa zero aos domingos em São Paulo.
SD18	16/12/2023	Como o viés inconsciente na saúde coloca mulheres negras grávidas em maior risco.

Fonte: Folha de São Paulo (Quadro elaborado pelo autor)

**QUADRO 2** - Sequência Discursiva com o termo “vagabundo”: Site on-line da Folha de São Paulo

	<b>Data da Publicação</b>	<b>Assunto</b>
SD1	18/01/2024	Aliado de Bolsonaro e embates com STF, Carlos e Felipe Neto; quem é Carlos Jordy, alvo da PF.

SD2	5/01/2024	Reprovados mostram que repetir de ano pode parecer o fim do mundo, mas não é.
SD3	4/01/2024	Gula obscena.
SD4	1º/01/2024	Além de Mickey Mouse, veja outros personagens que caem em domínio público.
SD5	31/12/2023	Em 2024, que cada um faça a sua parte.
SD6	30/12/2023	Navio de Neymar teve show de rapper filho de Marcinho VP; jogador tietou cantor.
SD7	30/12/2023	Receita de Ano-novo.
SD8	27/12/2023	10 melhores momentos da TV brasileira em 2023.

Fonte: Folha de São Paulo (Quadro elaborado pelo autor)

### QUADRO 3 - Sequência Discursiva com o termo “marginal”: Site on-line da Folha de São Paulo

	<b>Data da Publicação</b>	<b>Assunto</b>
SD1	15/01/2024	Rebeldes do Iêmen declaram guerra a navios dos EUA.
SD2	14/01/2024	Valdemar é defendido por parlamentares do PL após elogios a Lewandowski e Lula.
SD3	13/01/2024	Guerra Israel-Hamas completa cem dias sob o risco ainda maior de escalada.
SD4	11/01/2024	São Paulo deixa estado de atenção; chuva pode voltar à noite.
SD5	10/01/2024	São Paulo tem noite de caos com bairros sem luz e até 10 pontos de alagamentos.
SD6	10/01/2024	Falta de energia afeta abastecimento de água em Embu-Guaçu
SD7	9/01/2024	Tempestade desta terça-feira provoca morte na zona sul de São Paulo.
SD8	6/01/2024	Na única passagem por SP, Zagallo se assustou com o trânsito.
SD9	5/01/2024	Veja 24 séries e filmes recém-chegados ao streaming no ano que acaba de começar.
SD10	4/01/2024	Petróleo e Bolsa cai mais de 1% nesta quinta.
SD11	30/12/2023	São Silvestre e Réveillon na Paulista alteram trânsito a partir desde sábado.
SD12	27/12/2023	Veja como pagar taxa de preservação ambiental em Ubatuba.
SD13	24/12/2023	Como as árvores de Natal impactam o meio ambiente na França.
SD14	23/12/2023	Deputado quer grupos de trabalho para rever lei de execuções penais.
SD15	21/12/2023	Como Álvares de Azevedo escreveu sobre necrofilia, canibalismo e incesto?
SD16	21/12/2023	Folha destaca as melhores peças de teatro de 2023, segundo jornalistas.
SD17	20/12/2023	Em dia de pagamento de 13º salário, trânsito cresce na hora do almoço em SP.
SD18	18/12/2023	Deputado federal Alexandre Leite, que matou assaltante em SP, possui porte de arma.
SD19	16/12/2023	Deputado Alexandre Leite reage a tentativa de roubo e mata suspeito em SP.
SD20	15/12/2023	Com calorão, Imigrantes tem congestionamento para o litoral de SP.

Fonte: Folha de São Paulo (Quadro elaborado pelo autor)

A partir do refinamento no *corpus* – decorrentes de nossa delimitação e objetivos – destacamos o surgimento do quadro 4 com os procedimentos os quais envolveram termos depreciativos e ofensivos. Essa escolha de palavras, proposta pelos estágios anteriores, permite-nos perceber como a malha de exposições se estrutura no âmago da construção discursiva, evidenciando o conteúdo ideológico. Cada termo selecionado possui significados específicos e pode transmitir consciente, ou inconscientemente uma carga ideológica. As palavras têm o

poder de persuadir, informar e, até mesmo, moldar a forma como encaramos o mundo ao nosso redor. Desse modo, a escolha de determinadas palavras pode ter grande impacto na forma como uma mensagem é recebida e interpretada.

**QUADRO 4** - Sequências Discursivas (SDs) após o refinamento

	<b>Data da Publicação</b>	<b>Assunto</b>
SD1	15/01/2024	Governos precisam se dar conta que seus municípios têm quilombos, critica especialista baiano.
SD2	14/01/2024	Valdemar é defendido por parlamentares do PL após elogios a Lewandowski e Lula
SD3	28/12/2023	Além das grades: famílias estigmatizadas são fontes de denúncias e irregularidades nas prisões.
SD4	23/12/2023	Deputado quer grupos de trabalho para rever lei de execuções penais.
SD5	16/12/2023	Como o viés inconsciente na saúde coloca mulheres negras grávidas em maior risco.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Na sequência discursiva 1 (SD1), centrada no termo “bandido” o qual assenta-se na trajetória e a percepção dos povos indígenas no Brasil, revela aspectos cruciais sobre as relações de poder, identidade e resistência na sociedade. Vejamos, portanto, a sequência discursiva:

SD 1 – “[...] isso parte de um desconhecimento no Brasil ainda hoje com a questão de quilombo, porque ainda se afirma o quilombo como aquele lugar do negro que fugiu, como aquele espaço do negro **bandido** (grifo nosso), mau-caráter, o negro fugitivo. Quando você ainda entende dessa forma, você tem dificuldade de perceber a dimensão territorial dessa presença quilombola em todo o Brasil, inclusive nas capitais”. Os estereótipos e a falsa ideia de que quilombos são territórios isolados também se devem ao intenso processo de urbanização que engoliu os territórios quilombolas no país, como observa ele. “O que hoje nós chamamos de subúrbio, de gueto, favela, são os antigos quilombos que foram sendo agregados à medida que as cidades foram crescendo. As cidades engoliram os quilombos, colocaram para dentro dela, mas em uma perspectiva ainda de um lugar distante e de pouco acesso a políticas públicas [...]”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/governos-precisam-se-dar-conta-que-seus-municipios-tem-quilombos-critica-especialista-baiano.shtml>>.

Essa palavra, carregada de polissemia e conotações negativas, é, geralmente, associada à violência e ao comportamento ilegal. No entanto, sua aplicação aos povos indígenas estigmatiza uma comunidade inteira – perpetuando uma narrativa distorcida e marginalizada. Historicamente, o termo "bandido" está relacionado aos tempos da colonização, uma vez que “A colonização age sobre pessoas transformando-as em seres colonizados, o que é possível por meio do processo de humilhação, cujo fundamento tem algo de místico” (TIBURI, 2021, p. 40).

Assim sendo, a aplicação, ainda presente na contemporaneidade, evoca essa memória histórica, conectando passado e presente na construção da identidade indígena. A escolha dessa palavra não é neutra; ela reflete uma demonstração de poder discursivo. Rotular uma

comunidade dessa maneira influencia a percepção pública e a formulação de políticas, reforçando a marginalização e a distorção da realidade desses grupos. A SD1 rompe com essa narrativa negativa, promovendo uma (re)adequação do discurso sobre os povos indígenas. Destaca-se a deturpação e os estereótipos associados, refletindo um movimento de resistência e reconstrução de identidade. Esse processo é evidenciado na figura da urbanização, descrita como um fenômeno que "impactou" os territórios indígenas. Essa expressão metafórica indica uma transformação tanto física quanto de significado e percepção desses espaços, redefinindo a noção de "terra indígena" em um contexto urbano contemporâneo.

A menção à "ausência de políticas públicas" ressalta a exclusão sistemática dos povos indígenas, evidenciando a marginalização contínua, não apenas territorial, mas também política e social. A SD1 enfatiza a importância do reconhecimento e da validação das comunidades indígenas, desafiando a simplificação estigmatizante imposta pelo termo "bandido". A "dimensão territorial" dos territórios indígenas é destacada, sublinhando a necessidade de reconhecer a presença indígena em todo o Brasil – inclusive nas grandes cidades. Compreendemos, ainda que brevemente, que nosso gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo e espaço.

“O estabelecimento de um *campo discursivo de referência* não implica, entretanto, a automática delimitação do *corpus discursivo*. Ele representa o *espaço discursivo*, a partir do qual o *corpus discursivo* propriamente dito será construído” [...] (INDURSKY, 2013, p. 60). Assim, a materialização por meio das sequências discursivas conduzem o analista do discurso a identificar certas sequências discursivas as quais movimentam o dizer, pois, tais sequências discursivas são definidas como “[...] sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p. 24). Em síntese, a escolha do termo "bandido" no discurso sobre os povos indígenas revela a complexidade das dinâmicas sociais, evidenciando como a linguagem pode ser utilizada tanto para perpetuar estereótipos e marginalização quanto para desafiar e reconfigurar esses discursos.

Nessa mesma corrente de raciocínio, a SD2 traz à tona variadas perspectivas políticas relacionadas a figuras notáveis do Brasil. Inicialmente, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) manifesta o seu apoio a Valdemar Costa Neto, enfatizando a sua credibilidade e postura. Gomes ainda comenta sobre a natureza polarizada da política brasileira, ressaltando a importância da moderação e admitindo que, em certos momentos, partidos de oposição também apoiam o governo. Quanto à nomeação de Lewandowski, Gomes realça a trajetória do indicado, mas se abstém de opinar sobre a escolha de Lula, reconhecendo a prerrogativa presidencial no que tange à nomeação de ministros.

SD 2 – "O Valdemar Costa Neto é um dos dirigentes partidários com maior credibilidade e postura partidária que eu conheço. Meu desagravo a ele", disse o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que foi líder do Congresso no governo Jair Bolsonaro (PL). "Você precisa entender que não é bom radicalizar nestes momentos. O Brasil vive uma disputa polarizada e, por isso, a composição do governo tem várias configurações. Em determinado momento, até os partidos de oposição dão apoio ao governo. No caso do Valdemar nem isso tem." Gomes disse ainda que Lewandowski tem uma "carreira consagrada", mas preferiu não manifestar apoio ou contrariedade à escolha de Lula para a sucessão de Flávio Dino. "A escolha de ministro de Estado é prerrogativa do presidente da República, e a nomeação dele é a Presidência sendo respeitada", concluiu. O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-SP), 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados, disse que Valdemar já se explicou sobre os elogios ao governo petista diante "desses ataques". "Eu retuítei e compartilhei o esclarecimento dele", afirmou. O parlamentar ainda disse que a escolha de Lewandowski é uma decisão de Lula. "Nós, da oposição, temos que aguardar a posse e fiscalizar o trabalho. Nada mais." Ex-presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, o deputado Capitão Augusto (PL-SP) avalia que o ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) já demonstrou posição contrária ao endurecimento do Código Penal. "Ele sempre pregou contra o encarceramento, achando que isso não é a solução. E nós, da bancada da bala, sabemos que a questão da segurança é complexa, mas você tem as soluções de curto, médio e longo prazo [...]. No curto prazo, a única forma é endurecer a legislação penal para o **marginal** (grifo nosso) sentir o peso da mão da Justiça [...]", defendeu Augusto. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/valdemar-e-defendido-por-parlamentares-do-pl-apos-elogios-a-lewandowski-e-lula.shtml>>.

A observação do vocábulo "marginal" no cenário discursivo político do Brasil revela as intrincadas complexidades implícitas nas seleções linguísticas e nas ideologias subjacentes. Em primeiro lugar, as circunstâncias de criação do discurso, sobretudo no contexto político brasileiro relacionado a aspectos de segurança pública e leis penais, são fundamentais para compreender o emprego do termo "marginal". Tal utilização não é casual, mas profundamente enraizada nas realidades sociais, políticas e históricas do país. O termo – utilizado por um parlamentar da "bancada da segurança" – espelha uma ideologia específica a qual favorece o enrijecimento penal como resolução para desafios de segurança. Ademais, o interdiscurso e o intradiscursos desempenham papéis cruciais na análise. O termo "marginal" ressoa com discursos históricos acerca da criminalidade, legislação e ordem, e políticas de segurança, configurando um interdiscurso o qual molda sua interpretação contemporânea.

Dentro do intradiscursos específico do deputado General Augusto, "marginal" é utilizado para reforçar uma visão particular acerca de justiça e segurança, demonstrando como os significados são edificados e reforçados em um contexto particular. A polissemia do termo também é importante, permitindo múltiplas interpretações, que variam desde a concepção literal de indivíduos à margem da lei até interpretações mais amplas as quais podem englobar grupos marginalizados socialmente. Esse deslizamento de sentidos evidencia a capacidade da linguagem em evocar interpretações diversas e revela a dinâmica do significado no interior do



discurso. O ato de análise revela que é justamente na quebra da fala que o sentido é produzido, pois existem silenciamentos os quais revelam mais do que escondem.

Seguindo nessa mesma interpretação, podemos pensar nas sequências discursivas como "sequências de referência discursiva que representam diferentes séries temporais do nosso campo discursivo de referência. Recortes dessa natureza permitem que façamos uma 'varredura' em nosso arquivo" (INDURSKY, 2013, p. 62-63), seja para identificar regularidades nos discursos ou analisar diferentes eventos no tempo e espaço. Ao concentrar-se exclusivamente no "marginal" e nas leis penais, o discurso omite outros aspectos cruciais para a segurança pública, como as condições socioeconômicas as quais contribuem para a criminalidade. Essa estratégia discursiva é responsável por moldar a percepção pública e reforçar certas visões de mundo – ao mesmo tempo em que marginaliza outras.

A análise do uso do termo "marginal" no discurso político brasileiro ilustra como a linguagem – inserida em um contexto ideológico específico – é aplicada para construir e reforçar realidades específicas acerca do crime e da segurança, refletindo e perpetuando visões ideológicas precisas e marginalizando outras. O termo "marginal" é frequentemente utilizado por políticos, principalmente, da ala conservadora, para se referir a indivíduos os quais cometem crimes. Essa palavra se tornou uma maneira de identificar e categorizar aqueles que estão à margem da lei, como, por exemplo: criminosos, bandidos e delinquentes. Embora pareça ser uma descrição neutra, sua utilização no discurso político é profundamente ideológica.

Ao rotular alguém de "marginal", está-se criando uma distinção entre "nós", que não somos marginais, e "eles", os marginais. Essa divisão é usada para construir uma realidade específica, reforçando a ideia de que há uma ameaça constante e perigosa representada por esses indivíduos. No mesmo pensamento, Marcia Tiburi (2021, p. 29) irá lecionar que determinados termos depreciativos e ofensivos são “uma invenção autoritária que se expande na histórica hipnose linguística de que somos vítimas, como acontece como os termos *negro, mulher, pobre e deficiente*”. Nessa mesma toada, a autora salienta que:

Tais termos são invenções dos agentes da opressão, são marcadores de opressão. Foram produzidos pelo donos dos meios de produção dos discursos, que sabem como funciona o mecanismo de *marcar* pela linguagem aquele ao qual pretendem, por meio da marcação, colocar no lugar de um *outro*, um objeto, um inimigo. (op. cit., p. 29)

Essa construção reforça a ideia de que a segurança pública é uma prioridade absoluta e justifica medidas mais duras de segurança, como leis mais rígidas e penas mais severas. É importante ressaltar que o uso do termo "marginal" no discurso político não é uma representação precisa da realidade. Ao contrário, ele se baseia em estereótipos, preconceitos e

visões ideológicas específicas. Ao se referir aos criminosos como "marginais", está-se criando uma imagem deles como pessoas sem valor, sem redenção e sem a possibilidade de reintegração à sociedade. Além disso, ao utilizar essa palavra, exclui-se outras perspectivas e análises mais aprofundadas sobre as causas do crime, como a desigualdade social, a falta de acesso à educação e oportunidades, a corrupção, entre outros fatores.

Ao enfatizar apenas a criminalidade, como se fosse uma característica inata de certos indivíduos, desconsidera-se a necessidade de políticas sociais mais amplas e efetivas para combater o crime. Ao analisarmos o uso do termo "marginal" na SD2, podemos também perceber como a linguagem é utilizada como uma ferramenta de manutenção de poder. Aqueles os quais controlam o discurso político têm o poder de definir quem são os "marginais" e quem são os "cidadãos de bem". Essa categorização, por sua vez, influencia a percepção popular e a formulação de políticas públicas na área de segurança.

Na SD3, amigos e familiares, em sua maioria, mulheres como mães, esposas e irmãs, aguardam no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, para visitar os detentos. Essas visitas – realizadas a cada duas semanas – têm duração máxima de duas horas e passam por um processo burocrático. Os visitantes precisam pegar uma senha, têm seus alimentos verificados (conhecidos como vistoria dos cobal) e passam pelo scanner de segurança. A matéria – que acompanhou a visita de um dos detentos em um estado de saúde frágil, presenciou desafios adicionais enfrentados pelos visitantes, com a falta de banheiros disponíveis e um incidente no qual uma visitante foi impedida de entrar por não estar usando roupas consideradas adequadas, sem nenhuma possibilidade de fazer qualquer tipo de troca.

SD 3 – No dia 27 de setembro um grupo de familiares aguardava na Papuda, no Distrito Federal, para visitar os detentos. Predominantemente composto por mulheres, a maioria mães, esposas e irmãs, algumas chegaram bem cedo com o cobal — termo utilizado para os alimentos que entregam aos presos. Chegar antes das 14h, no entanto, não assegurava automaticamente que os familiares conseguiriam desfrutar das duas horas de visita a que têm direito a cada 15 dias. O processo, que se iniciava bem próximo do início da visita, demandava a realização de três etapas: retirada de senha, verificação do cobal e passagem pelo scanner. Já dentro das instalações era preciso buscar pelo cobal, que era entregue para uma verificação inicial para, posteriormente, ser recuperado após passar pelo scanner. Nem todas as pessoas conseguiram entrar. A reportagem testemunhou um policial penal barrando uma familiar por não vestir o que ele julgava ser uma roupa adequada. Ela não teve o direito de se trocar. Adicionalmente a esses percalços, a orientação prévia de familiares de presos era usar o banheiro e evitar consumir água, uma vez que o local de visitação não dispõe de instalações sanitárias. Os relatos foram obtidos durante a visita da reportagem ao detento Jessé Silvério, retratado na segunda reportagem da série Presídio e Morte, e que se encontra com a saúde debilitada. A visita começou às 14h, mas só foi possível entrar às 14h30. O depoimento foi registrado na qualidade de visitante, o que foi autorizado pela família, tendo em vista que a VEP (Vara de Execuções Penais) se recusou a autorizar o pedido de entrevista. A repórter usou roupa e chinelo brancos, como exigido, e passou pelo scanner segurando os chinelos na mão. "Eu não sou bandida, vagabunda, mas sou tratada como se tivesse cometido um crime. Boa parte

dos policiais enxerga a gente como **bandido** (grifo nosso), acha que a gente apoia o erro de quem está lá dentro. Familiar de preso é trabalhador, vota, eu não tenho nenhuma passagem pela polícia. Já vivi nesse meio, mas nunca cometi crime e trabalho desde os 12 anos", disse Bruna Oliveira, líder do coletivo Mães e Esposas em Luta. O marido dela está no sistema prisional. Esses mesmos familiares, que são estigmatizados e criminalizados nas penitenciárias, são também a principal fonte de denúncias sobre violações dos direitos humanos no âmbito do sistema prisional. Além disso, desempenham um papel crucial na operacionalidade dos presídios, fornecendo alimentos, vestuário, medicamentos, kits de higiene e até mesmo colchões. "São as famílias que lutam contra o sistema opressor, que denunciam as violações. Ao contrário de cumprirem pena em conjunto com o preso, deveriam ser protagonistas de políticas públicas que visam melhorias. Elas têm um papel fundamental na ressocialização do preso", avalia Felipe Zucchini, da Defensoria Pública do Distrito Federal. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/alem-das-grades-familias-estigmatizadas-sao-fontes-de-denuncia-de-irregularidades-nas-prisoas.shtml>>.

Nessa perspectiva, a AD, embasada nas teorias de Michel Pêcheux e outros estudiosos, possibilita-nos adentrar na construção e no impacto do conceito de "bandido" dentro do contexto fornecido. Essa análise concentra-se na relação entre poder, conhecimento e linguagem, no intuito de observar como determinados discursos são gerados, sustentados e questionados. No fragmento em evidência, "bandido" é utilizado por Bruna Oliveira, líder do coletivo Mães e Esposas em Luta – para descrever a percepção que os policiais têm em relação aos familiares de detentos. Nesse caso, o termo carrega uma carga significativa, extrapolando sua definição literal como alguém que cometeu um delito. Ele se converte em um marcador social o qual classifica e estigmatiza não somente os encarcerados, mas também seus parentes.

Esse estereótipo simplifica e generaliza a imagem de uma pessoa, sem levar em consideração sua história, circunstâncias ou possibilidade de reabilitação. No entanto, esse rótulo não se limita apenas àqueles os quais são condenados por um crime. Ele se estende para além do indivíduo em si, atingindo também seus familiares. Essas pessoas acabam sendo igualmente estigmatizadas, sofrendo com o peso dessa associação negativa. Os familiares de alguém rotulado como "bandido" enfrentam uma série de desafios e preconceitos sociais. Eles podem ser vistos como cúmplices, ou, até mesmo, como criminosos em potencial – sem qualquer base para tais suposições. Essa associação não fundamentada prejudica a vida dessas pessoas, limitando suas oportunidades e comprometendo suas interações sociais. Além disso, os familiares dos supostos "bandidos", muitas vezes, enfrentam dificuldades financeiras, emocionais e psicológicas.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, o emprego do termo "marginal" reflete e fortalece uma dicotomia social entre "delinquentes" e "cidadãos respeitáveis". Essa designação, atribuída aos parentes dos encarcerados, insinua uma culpabilidade por associação, desconsiderando as individualidades complexas e a diversidade de trajetórias e contextos desses

indivíduos. Constitui um exemplo de como o discurso pode ser utilizado para exercer poder e controle, gerando e perpetuando desigualdades sociais. A afirmação de Oliveira desafia essa retórica, destacando sua identidade como trabalhadora, eleitora e pessoa sem histórico criminal. Ela busca redefinir a narrativa, transitando de uma identidade imposta (marginal) para um autorreconhecimento mais abrangente e multifacetado. Essa atitude de resistência discursiva é significativa, pois subverte a narrativa predominante a qual associa de maneira inextricável o familiar de um presidiário ao crime, ressaltando a humanidade e a dignidade desses indivíduos.

Como mencionado anteriormente, o discurso é construído através de dizeres, a saber: possibilidades de expressar algo/de conhecer a verdade/de afirmar que isso ou aquilo é ciência (bem como define os sujeitos ao dispersá-los e localizá-los em diferentes formações discursivas), conferindo a esses sujeitos diferentes relações dentro dos discursos nos quais estão incorporados (PÊCHEUX, 1997b). Portanto, não se trata de algo estático, mas, sim, modifica-se a depender dos eventos em que está inserido, isto é, depende da prática social, do ser humano, da história e das condições materiais as quais geram uma certa positividade para que o discurso possa emergir.

A discriminação e o estigma enfrentados por essas famílias podem resultar em isolamento, falta de emprego, moradia precária e pobreza, perpetuando, assim, um ciclo de marginalização social e privação de direitos. Essa estigmatização também afeta o próprio indivíduo rotulado como bandido, dificultando sua (re)integração à sociedade após cumprir sua pena. Mesmo quando se espera que o sistema prisional cumpra seu papel de reabilitação, a carga social do termo "bandido" continua a pesar sobre essas pessoas, tornando difícil para elas se (re)integrarem à sociedade e encontrarem oportunidades significativas de trabalho e educação. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, na SD4, observa-se que o deputado Capitão Augusto (PL-SP) propôs a criação de um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados para revisar e aprimorar a lei de execuções penais do Brasil. O objetivo da legislação em questão é garantir a efetivação das sentenças ou decisões criminais e promover a reintegração social dos condenados, incluindo direitos a assistência material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Vejamos, portanto, a sequência discursiva para uma melhor compreensão.

SD 4 – O deputado Capitão Augusto (PL-SP) enviou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um ofício propondo a criação de um grupo de trabalho na Casa para estudar e formular uma proposta de aprimoramento da lei de execuções penais do país. A legislação tem como objetivo efetivar o que está disposto em sentença ou decisão criminal e oferecer condições para a integração social do condenado. O texto prevê que o preso terá direito a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Segundo o parlamentar, há apoio entre deputados de partidos de esquerda em torno da revisão da lei. "Ninguém aguenta mais esse retrabalho da polícia", diz.

"Você prende a mesma pessoa várias vezes pelo mesmo motivo. Quantas vezes nós tivemos o fato de uma pessoa ser presa pela 20ª vez em flagrante de roubo à mão armada e estar na rua de novo? Tem pessoas que nós já pegamos no estado de São Paulo que tinham 90 processos criminais e estavam na rua, soltos pela justiça." O deputado afirma ainda que a lei de execuções penais seria um primeiro caminho e que seria importante revisar também o Código Penal e o Código de Processo Penal. "Mas a lei de execuções penais está completamente ultrapassada. Enquanto o **marginal** (grifo nosso) não sentir o peso da mão da justiça e ver que o crime realmente não compensa, não vale a pena." Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/12/deputado-quer-grupo-de-trabalho-para-rever-lei-de-execucoes-penais.shtml>>.

A abordagem discursiva ao termo "marginal" no contexto fornecido apresenta várias camadas de significado e implicações sociais. Essa abordagem concentra-se nas relações de poder, conhecimento e linguagem. No texto em discussão, o deputado Capitão Augusto utiliza o termo "marginal" para se referir a indivíduos os quais, frequentemente, são presos e libertados – mesmo após cometerem repetidamente crimes, como roubo à mão armada. Linguisticamente, o uso do termo "marginal" é carregado de conotações. Discursivamente, a escolha desse termo pelo deputado reflete e reforça uma visão específica sobre criminosos e criminalidade. Assim sendo, destacamos que esse discurso está impregnado de poder e autoridade, vindo de um parlamentar o qual ocupa um papel significativo no sistema legislativo.

Ao utilizar o termo "marginal", ele não somente descreve um grupo de pessoas, mas também perpetua uma imagem estereotipada de criminosos como elementos periféricos e indesejáveis na sociedade. Esse termo também sugere uma dicotomia simplista entre o "cidadão comum" e o "marginal" – ignorando a complexidade das causas da criminalidade e as nuances do comportamento humano. Ao mesmo tempo, ele evoca uma reação emocional, buscando, possivelmente, apoio para medidas mais rigorosas de justiça criminal. Do ponto de vista da AD, o uso do termo "marginal" pode ser visto como uma forma de manter e exercer controle social. Ele serve para marginalizar ainda mais aqueles já à margem da marginalização, justificando políticas e práticas mais severas contra essas minorias.

Esse termo, portanto, é mais do que uma simples etiqueta; é um instrumento discursivo o qual molda a percepção pública e influencia as políticas legislativas, pois o discurso se trata de um processo mais amplo, isto é, levando em conta “o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2020, p. 14). Desse modo, os estudos discursivos procuram pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito, melhor dizendo, a história e a sociedade não são pensadas como se fossem separadas e independentes entre si, mas, sim, em um sistema complexo que relaciona a linguagem a sua exterioridade (ORLANDI, 2020).

Dessa maneira, a análise do termo "marginal" no discurso do deputado Capitão Augusto revela como a linguagem pode ser usada para construir e perpetuar visões específicas de grupos sociais, neste caso, os criminosos, e como essas construções linguísticas influenciam a compreensão e o tratamento de questões sociais e legais.

A escolha cirúrgica das palavras e o seu uso em determinados contextos não são neutros, mas, sim, estratégias discursivas as quais visam a construção de significados específicos. No Brasil, o termo "marginal" é comumente utilizado como sinônimo de criminoso, bandido ou delinquente. Ao designar alguém como "marginal", é criada uma imagem negativa e estigmatizada dessa pessoa, reforçando a ideia de que ela está à margem da sociedade e, conseqüentemente, legitimando a aplicação de medidas mais severas contra ela. No discurso, por exemplo, do deputado Capitão Augusto, esse termo é frequentemente utilizado para se referir aos criminosos e justificar a sua abordagem "linha dura" na segurança pública.

A escolha do léxico, pelo parlamentar, constrói uma imagem mental de criminosos como pessoas perigosas, imorais e sem esperança de recuperação. Essa construção linguística influencia a percepção do público em relação aos criminosos e fortalece a ideia de que a abordagem mais adequada para lidar com eles é a punição severa e a restrição de direitos. Além disso, a análise do termo "marginal" também revela como a construção discursiva de determinados grupos sociais pode influenciar as políticas legislativas. Quando um grupo é rotulado como "marginal", é mais fácil para as autoridades e legisladores justificarem a implementação de políticas mais repressivas, como o aumento das penas de prisão, a diminuição dos direitos dos presos e a autorização de abordagens policiais mais agressivas.

É importante ressaltar que a análise do termo "marginal" no discurso do deputado Capitão Augusto não tem a intenção de defender a impunidade ou minimizar a gravidade dos crimes. O objetivo é mostrar como a linguagem é usada para moldar as percepções e influenciar as ações relacionadas às questões sociais e legais. A utilização do termo "marginal" contribui para a manutenção de estereótipos e preconceitos em relação aos criminosos, dificultando a implementação de políticas mais inclusivas – as quais busquem a ressocialização e a reintegração dessas pessoas à sociedade. Essas construções linguísticas influenciam a percepção pública e as políticas legislativas, impactando a compreensão e o tratamento de questões sociais e legais, uma vez que “Os preconceitos étnicos e as ideologias não são inatos [...]. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso em geral ocorre por meio da comunicação, por meio dos textos e das conversas” (DIJK citado por MAINGUENEAU, 2015, p. 55).

A SD5, com o título “Como o viés inconsciente na saúde coloca mulheres negras grávidas em maior risco”, traz à tona um ambiente preocupante na área da saúde, especialmente,

no tratamento de gestantes negras. O relato de Shakima Tozay, uma assistente social negra a qual teve que ouvir de uma enfermeira que seu bebê era “um bandido”, revela um viés inconsciente o qual pode prevalecer em áreas da saúde. Tozay – diagnosticada com pré-eclâmpsia –, uma condição perigosa durante a gravidez, experienciou um comentário insensível por parte de uma enfermeira na cidade de Washington. Apesar de minimizado por um médico como uma brincadeira, esse incidente reflete um problema maior de falta de sensibilidade e consciência dentro do sistema de saúde, principalmente, com às pacientes negras.

SD 5 – Shakima Tozay tinha 37 anos e estava grávida de seis meses quando uma enfermeira, ao verificar a frequência cardíaca fetal do bebê que ela carregava, se referiu a ele como "**um bandido**" (grifo nosso). Tozay, assistente social, ficou paralisada. Ela havia acabado de ser hospitalizada no Providence Regional Medical Center em Everett, Washington, com pré-eclâmpsia, uma complicação potencialmente fatal da gravidez, e ela é negra. "**Um 'bandido'** (grifo nosso)?", ela disse. "Por que você o chamaria assim?" O feto tinha 40,6 centímetros e pesava pouco mais do que uma caixa de chocolates. Um médico que entrou no quarto minimizou o comentário, dizendo que a enfermeira estava apenas brincando, mas isso só machucou Tozay ainda mais. Ela já estava angustiada: ela e seu marido perderam uma gravidez de gêmeos anteriormente, e agora ela estava preocupada que esse bebê também estivesse em risco. O hospital mais tarde se desculpou pelo comportamento da enfermeira, mas o dano já estava feito. As mulheres negras, que morrem de complicações relacionadas à gravidez duas a três vezes mais do que as mulheres brancas, afirmam que comentários como esses, frequentemente feitos quando estão mais vulneráveis, refletem um viés generalizado no sistema médico. Elas relatam que a equipe médica não as ouve quando reclamam de sintomas e descarta ou minimiza suas preocupações. Estudos validam suas experiências: análises de conversas gravadas entre médicos e pacientes descobriram que os médicos dominam a conversa com mais frequência com pacientes negros e não fazem tantas perguntas como fazem com pacientes brancos. Em notas médicas, os médicos são mais propensos a expressar ceticismo em relação aos sintomas relatados por pacientes negros. Pairando sobre essas experiências está a dura realidade de que as mulheres negras têm piores resultados na gravidez, perdem mais bebês no primeiro ano de vida e têm taxas mais altas de parto prematuro e natimorto em comparação com as mulheres brancas. Disparidades raciais gritantes nos resultados de saúde persistem entre as mulheres brancas e até mesmo as mulheres negras mais ricas, e entre as mulheres negras e as mulheres brancas que enfrentam as mesmas complicações. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/12/como-o-vies-inconsciente-na-saude-coloca-mulheres-negras-gravidas-em-maior-risco.shtml>>.

Essas iniquidades, como revelado pela AD, estão profundamente enraizadas nas estruturas de poder e dominação presentes no sistema de saúde. O termo "bandido" é uma manifestação nefasta dessa dinâmica, uma vez que atribui à criança uma identidade negativa desde antes de seu nascimento, colocando-a em um lugar de marginalização e inferioridade. Ao utilizar esse vocábulo, a enfermeira (re)afirma a hierarquia entre profissional de saúde e paciente – exercendo seu poder e controle sobre o corpo e a experiência de Tozay. Essa dinâmica de poder é ainda mais acentuada quando consideramos as relações raciais e sociais em jogo. A mulher negra, historicamente subjugada ao racismo e à discriminação, é mais uma vez alvo de violência simbólica, perpetuando o ciclo de dominação, pois os comportamentos

individuais e institucionais “[...] são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra. E não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e parece legado pela tradição’” (ALMEIDA, 2019, p. 35). Como sabemos, a história está ligada às práticas e não ao tempo em si, ela “se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentido, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 1990, p. 35).

Isso significa dizer que há uma relação de dualidade na qual os fatos são produzidos em condições (pré)determinadas, atravessando a história, significando e (re)significando as próprias significações; e, histórico, pois, cria uma tradição, um passado e influencia novos acontecimentos, ou seja, quando estamos a usar a língua como meio (e não como fim), produzimos um tipo de saber sobre nós mesmos que modifica e (re)modifica nosso ser. Desta maneira, torna-se evidente que a experiência de Shakima Tozay é apenas uma pequena representação das inúmeras injustiças e desigualdades presentes no sistema de saúde. A atitude de Tozay, paralisada e angustiada, frente ao acontecido, assim como a subsequente minimização do comentário por parte do médico, revelam as complexas relações de poder em jogo.

Como sabemos, a língua não é estática, mas, sim, influenciada pelas circunstâncias históricas e culturais. As mudanças na sociedade, a evolução dos conceitos e valores e as influências de outras línguas afetam a forma como falamos e compreendemos a linguagem. É importante ressaltar que a relação de dualidade na produção dos fatos linguísticos não implica em uma separação rígida entre os aspectos pré-determinados e históricos, uma vez que ambos estão interligados e influenciam-se mutuamente. As condições pré-determinadas da linguagem são moldadas e modificadas pelas influências históricas, enquanto as influências históricas operam dentro das regras pré-determinadas. Na prática, quando utilizamos a língua como meio (e não como fim), estamos inseridos nesse contexto de dualidade. Ao nos expressarmos, produzimos um tipo de saber sobre nós mesmos e a sociedade em que vivemos.

Ao mesmo tempo, somos influenciados pelo conhecimento e pelas experiências dos outros, modificando e (re)modificando nossa maneira de ser e de nos relacionar com o mundo. Enquanto a enfermeira, detentora de autoridade no ambiente hospitalar, utiliza uma linguagem que, mesmo que involuntariamente, reproduz estereótipos raciais, a intervenção do médico busca amenizar a situação, mas acaba intensificando a dor de Tozay. Isso ilustra uma tentativa de manter o *status quo*, de normalizar um discurso o qual, em essência, desumaniza. A compreensão, conseqüentemente, dessa relação de dualidade na produção dos fatos linguísticos é essencial não apenas para a análise da linguagem, mas também para o estudo da história,



cultura e sociedade. Através da análise da linguagem, podemos desvendar os processos de significação e (re)significação, compreendendo como os eventos históricos e as mudanças sociais são refletidos na forma como nos comunicamos.

Destacamos, por fim que a humilhação se trata de “[...] um processo concreto que impede a construção de qualquer laço emancipatório. Seres humanos são seres que ocupam posições na vida, na experiência de seu corpo, devido a contatos, trocas e espelhamentos com outros seres humanos” (TIBURI, 2021, p. 34), pois, somos seres sociais por natureza e, como tal, ocupamos posições na vida e em experiências corporais como resultado dos contatos, trocas e espelhamentos com outros seres humanos. As relações humanas são complexas e multifacetadas, variando desde aqueles os quais são puramente instrumentais e utilitários, até os que são profundos e significativos. No entanto, independentemente de sua natureza, todas as relações são baseadas em uma troca mútua de energia, informações e influências.

Essas transações podem ocorrer tanto em níveis conscientes quanto inconscientes. É através dessas interações as quais internalizamos valores, crenças e comportamentos que moldam nossa identidade e perspectiva de mundo. E, embora, possamos encontrar apoio e crescimento nessas conexões, também é possível que sejamos limitados e restringidos por elas, ou seja, um dos aspectos os quais podem impedir a construção de laços emancipatórios é a tendência à conformidade social, já que somos ensinados a se adequar às normas e expectativas da sociedade na qual estamos inseridos. Essa conformidade, portanto, é incentivada pela recompensa social e pelo medo de sermos marginalizados e rejeitados. Uma busca incessante pela aceitação nos leva a adotar opiniões, comportamentos e atitudes as quais não são necessariamente autênticas ou alinhadas aos nossos verdadeiros desejos e necessidades. A influência do poder e da hierarquia criam dinâmicas de dominação e submissão, reforçando a desigualdade e a opressão.

# CAPÍTULO 5

## ALÉM DAS PALAVRAS: DESATANDO OS NÓS DO PODER E TECENDO NOVOS SENTIDOS NA SOCIEDADE

Adentramos, paulatinamente, nas sinuosidades da AD, possibilitando vislumbrar o entrelaçamento das relações de poder na tessitura social. As palavras, dotadas de peso e influências, são como pilares os quais sustentam as estruturas sociais, moldando identidades e distanciando uns dos outros. Por meio da AD, possibilitamos desvendar as sutilezas dessa arquitetura discursiva – compreendendo como os discursos constroem e reproduzem hierarquias. Michel Pêcheux amplia o alcance dessa análise, revelando as várias camadas de significados e sentidos relacionados às práticas discursivas. Nessa mesma corrente de raciocínio, entendemos que a AD não se restringe apenas à linguagem em si, mas, penetra nas diversas esferas sociais, desvelando as amarras invisíveis as quais perpetuam as opressões. Nessa perspectiva, a AD nos permite ir além do aparente, questionando as normas estabelecidas, desconstruindo os discursos de dominação e evidenciando as brechas para questionamentos e resistências.

Ela nos guia pelos caminhos da reflexão, lançando luz sobre as dinâmicas sociais e as estratégias discursivas as quais perpetuam as desigualdades. Dessa forma, a AD se apresenta como um instrumento valioso para aqueles os quais buscam compreender e transformar a sociedade. Ao reconhecer as complexidades presentes nas interações e discursos, é possível desvelar os mecanismos que moldam as relações de poder, favorecendo a construção de uma realidade mais igualitária e justa. Investigamos, nesse sentido, as relações de poder que se expressam no discurso, compreendendo como as palavras adquirem seus significados das formações discursivas em que estão inseridas. Essas formações são consideradas heterogêneas, pois suas fronteiras são fluidas e estão em constante (re)configuração por meio de suas interações. O interdiscurso, nessa mesma toada, emerge como um campo fértil, onde os sentidos são moldados pelas relações estabelecidas nas formações discursivas, desafiando a ideia de homogeneidade e revelando as contradições inerentes ao discurso.

Desse modo, a Análise do Discurso e a cultura da humilhação se entrelaçam, revelando as múltiplas facetas da sociedade contemporânea. Por meio da AD, é possível examinar as estratégias discursivas as quais perpetuam a humilhação, seja na mídia, no discurso político, ou nas interações do dia a dia – proporcionando uma compreensão mais profunda das relações de

poder e das dinâmicas sociais. Esse estudo nos convida a uma análise crítica e reflexiva sobre nossa comunicação e interação, deslocando-nos metodologicamente para apreender as sutilezas as quais emergem nos discursos de desvalorização e fortalecem a cultura da humilhação no Brasil. Ao mergulharmos nas análises discursivas, propostas pela delimitação e objetivos do presente esforço interpretativo, percebemos claramente que a AD é uma poderosa ferramenta para desvendar as intrincadas estruturas linguísticas as quais sustentam e perpetuam conceitos dominantes, moldando a cultura da opressão.

Nas análises, investigamos de forma mais aprofundada os mecanismos pelos quais a linguagem, impregnada de ideologias e poder, contribui para a manutenção das desigualdades sociais e da discriminação. A constatação de que a humilhação vai além do mero sentimento individual e se configura como um jogo complexo de linguagem, conforme destacado por Marcia Tiburi (2021), ressalta a influência da linguagem na vida cotidiana, na perpetuação de estigmas sociais e na exclusão de indivíduos ou grupos. Nesse sentido, a linguagem não é neutra, mas carregada de significados e poder, capaz de marginalizar e subjugar. A abordagem da AD, como ressaltado nos métodos de análise, possibilita uma investigação minuciosa sobre como palavras e expressões específicas são utilizadas em diferentes contextos, revelando as estratégias discursivas as quais reforçam a humilhação e a opressão. Ao focarmos na análise dos termos "bandido", "vagabundo" e "marginal" em reportagens do veículo on-line "Folha de São Paulo", evidenciamos a prevalência dessas estratégias na mídia – reflexo dos discursos dominantes na sociedade.

Ao examinar os resultados obtidos, é possível notar a frequência e o contexto de utilização desses termos depreciativos. Isso não apenas evidencia a presença de uma linguagem pejorativa na mídia, mas também sugere como tais expressões podem fortalecer estereótipos negativos e contribuir para uma cultura de humilhação. A análise não teve como objetivo descreditar o trabalho jornalístico, mas, sim, compreender como o discurso, mesmo em veículos amplamente divulgados, pode, involuntariamente, perpetuar visões de mundo e hierarquias sociais. Portanto, a AD se posiciona como uma metodologia fundamental para descortinar e compreender as sutilezas das relações de poder e ideologia presentes na linguagem. Ela oferece uma perspectiva crítica de como a linguagem é empregada para moldar percepções, identidades e interações sociais, tendo um impacto direto na construção da realidade social e na manutenção de desigualdades e preconceitos.

Nesse contexto, a AD não somente revela os mecanismos de opressão e dominação embutidos na linguagem, mas também abre caminhos para a conscientização e o questionamento crítico desses discursos. Isso se torna essencial para construir uma sociedade

mais justa e igualitária, onde as vozes marginalizadas sejam ouvidas e respeitadas, e os discursos hegemônicos sejam constantemente desafiados e reformulados. Em síntese, esse labirinto discursivo brasileiro, com suas complexas tramas de humilhação, poder e linguagem, desafia-nos a repensar as estruturas e dinâmicas as quais moldam nossa sociedade. A AD de Pêcheux oferece as ferramentas para decifrar esses enigmas, permitindo-nos não apenas compreender, mas também questionar e transformar as realidades discursivas as quais nos cercam.

## REFERÊNCIAS

Governos precisam se dar conta que seus municípios têm quilombos, crítica especialista baiano. **Folha on-line de São Paulo**, São Paulo, 15 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/governos-precisam-se-dar-conta-que-seus-municipios-tem-quilombos-critica-especialista-baiano.shtml>>. Acessado em: 20 de janeiro de 2024.

Valdemar é defendido por parlamentares do PL após elogios a Lewandowski e Lula. **Folha on-line de São Paulo**, São Paulo, 14 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/valdemar-e-defendido-por-parlamentares-do-pl-apos-elogios-a-lewandowski-e-lula.shtml>>. Acessado em: 18 de janeiro de 2024.

Além das grades: famílias estigmatizadas são fontes de denúncias e irregularidades nas prisões. **Folha on-line de São Paulo**, São Paulo, 28 de dez. de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/alem-das-grades-familias-estigmatizadas-sao-fontes-de-denuncia-de-irregularidades-nas-prisoas.shtml>>. Acessado em: 30 de dezembro de 2023.

Deputado quer grupos de trabalho para rever lei de execuções penais. **Folha on-line de São Paulo**, São Paulo, 23 de dez. de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/12/deputado-quer-grupo-de-trabalho-para-rever-lei-de-execucoes-penais.shtml>>. Acessado em: 25 de dezembro de 2023.

Como o viés inconsciente na saúde coloca mulheres negras grávidas em maior risco. **Folha on-line de São Paulo**, São Paulo, 16 de dez. de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/12/como-o-vies-inconsciente-na-saude-coloca-mulheres-negras-gravidas-em-maior-risco.shtml>>. Acessado em: 20 de dezembro de 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político. **O discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro. Rocco Editora, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editora, 2015.

GRIGOLETTO, M. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia**. São Paulo: Unicamp, 2002.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis**. 1ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, v. 5, 1990.

ORLANDI, E. P. **Discurso fundador: a formação do país e a construção de uma identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3ª. ed. São Paulo: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 13ª. ed. São Paulo: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M (1988). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas. Editora da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, M. **O discurso. Estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

SOUZA, J. **O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

TIBURI, M. **Complexo de vira-lata: análise da humilhação brasileira.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: civilização, 2021.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Fabício Leo Alves Schmidt**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4728-7673>; Mestre em Linguística pela Universidade de Santa Cruz do Sul- (UNISC/RS); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS); Endereço: Av. Independência, 2293 - Universitário, Santa Cruz do Sul – (UNISC/RS); RS, 96815-900; E-mail: [professorfabricios@gmail.com](mailto:professorfabricios@gmail.com).

### **Carina Dorneles Gomes**

<https://orcid.org/0000-0003-2427-6928>; Especialista em Gestão; Escolar: Orientação e Supervisão professora na rede Municipal de Cachoeira do Sul; Rua XV de novembro, 364 - Centro /CEP: 96508-750; [carinadgomes@gmail.com](mailto:carinadgomes@gmail.com).

### **Letícia Lopes da Silveira da Silva**

Pedagoga; assessora pedagógica da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul; Rua XV de novembro, 364 - Centro /CEP: 96508-750; [prof.leticiasilva@gmail.com](mailto:prof.leticiasilva@gmail.com).



NESTE MOMENTO CRUCIAL DE REAVALIAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIAIS  
E DO PODER DA LINGUAGEM, APRESENTAMOS A PRESENTE OBRA COM  
O INTUITO DE MERGULHAR NAS ENTRANHAS DA CULTURA DA  
HUMILHAÇÃO QUE PERMEIA A SOCIEDADE BRASILEIRA. ESSA ANÁLISE  
TRAZ À LUZ A COMPLEXA INTERAÇÃO ENTRE LINGUAGEM, PODER E  
MARGINALIZAÇÃO - DESTACANDO COMO O DISCURSO É UTILIZADO  
COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO.

Home Editora  
CNPJ: 39.242.488/0002-80  
www.homeeditora.com  
contato@homeeditora.com  
91988165332

Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista  
Campos, Belém - PA, 66045-315



9 786560 890824 >

